



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6977

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Ruy Adriano Borges Muniz

**Data:** 05/10/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Autoriza o Poder Executivo a criar a Lei de Incentivo Fiscal e o Conselho Municipal de Esportes de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4      **Posição:** 02      **Número de folhas:** 11

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado, não votado  
nº: 26.4  
Ordem: 02  
nº fls. 09



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Ver. Ruy Adriano Borges Muniz.

ASSUNTO:

**Autoriza o Executivo Municipal a Criar a Lei de Incentivo Fiscal e Cria o Conselho Municipal de Esportes em Montes Claros e dá Outras Providências.**

## MOVIMENTO

Entrada em – 05/10/2006

1 - Comissão de Legislação e Justiça

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_/2006

**Autoriza o executivo municipal a criar a Lei de Incentivo Fiscal e cria o Conselho Municipal de Esportes em Montes Claros e dá outras providências**

O Povo de Montes Claros, por seus representantes, decretou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Montes Claros a criar a Lei de Incentivo Fiscal e a criar o Conselho Municipal de Esportes de Montes Claros vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ao qual incumbe deliberar em caráter permanente sobre as políticas públicas de fomento ao esporte a ser concedido à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município, na forma desta Lei, observando o seguinte:

I – O executivo publicará com 30 (trinta) dias de antecedência na imprensa local do Município, edital convocatório em que constatarão as normas e os critérios gerais adotados para averiguação, análise, seleção, aprovação e avaliação dos projetos esportivos;

II – O Conselho Municipal de Esportes de Montes Claros, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de abertura para inscrição dos projetos, publicará a relação dos projetos aprovados e os respectivos valores;

III – Poderão escrever e ter os seus projetos aprovados as pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, de natureza esportiva e sem fins lucrativos, que expressem esta condição em seus estatutos;

IV – Somente poderão apresentar projetos em forma prevista nesta lei, munícipes ou entidades esportivas que desenvolverem os projetos na cidade de Montes Claros e atenderem as normas e especificações que farão parte da regulamentação desta Lei;

V – Somente serão aceitos projetos dos empreendedores esportivos que comprovarem residência ou estarem em funcionamento com o Município;

VI – O incentivo fiscal corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer projeto esportivo no Município, seja por doação, patrocínio ou investimento, de certificado intransferível expedido pelo Poder Público correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo;

VII – Os portadores de certificado previstos no inciso VI poderão usá-lo para pagamento do Imposto Sobre Serviço (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Centro – Gabinete 18 - Tel. (38) 3690-5419 – CEP 39400-466 –  
Montes Claros – Minas Gerais







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Gabinete do Vereador Ruy Muniz

VIII – Os munícipes que pagarem os impostos parceladamente também poderão patrocinar os projetos pela presente Lei, cabendo a Secretaria Municipal da Fazenda definir, com o Conselho Municipal de Esporte, a operacionalização do sistema;

IX – Para o pagamento referido no inciso VII, o valor da face do certificados corresponderá a 100 % (cem por cento) do valor neles registrados adquirindo o contribuinte incentivador quando, por meio dos recursos próprios efetuar a aplicação de mais de 20 % (vinte por cento) do valor devido de cada um dos tributos;

X – A Câmara Municipal de Montes Claros fixará anualmente o valor que deverá ser usado como incentivo esportivo, que não poderá ser inferior a 3% (três por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISS e do IPTU;

XI – Será fixado pelo Conselho Municipal de Esporte teto limite para os recursos e número limite de projetos a serem apresentados pelos empreendedores;

XII – Para exercício de 2007 fica estipulado à quantia equivalente a 3% (três por cento) da receita proveniente de Imposto Sobre Serviço – ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

XIII – O pedido somente poderá ser deferido se o contribuinte estiver em situação regular perante ao Fisco Municipal;

**Art. 2º.** – As seguintes áreas são abrangidas por esta Lei

I – recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de atletas e equipes esportivas;

II – treinamento e participação de atletas e equipes esportivas em competições estaduais, interestaduais, nacionais e internacionais;

III – manutenção de atletas que disputem modalidades esportivas e residam na cidade de Montes Claros;

IV – fomento à prática e ao desenvolvimento do esporte entre crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e aos portadores de necessidades especiais;

V – especialização, nas áreas do conhecimento aplicadas ao esporte, de árbitros, técnicos, profissionais da área de Educação Física e outros profissionais de áreas afins;

VI – promover congressos, seminários, cursos e eventos assemelhados para difusão dos benefícios dos esportes, bem como campanhas para conscientização da necessidade de preservação dos espaços destinados à prática esportiva;

VII – fomento ao interesse da população pela prática habitual de esportes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

**Art. 3º.** – Aprovado o projeto o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do Incentivo Fiscal.

**Parágrafo Único** – os certificados serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis na correção dos Impostos Municipais.

**Art. 4º.** – O certificado referido no inciso VI do artigo 2º, terá validade apenas no exercício financeiro respectivo, vetado o seu uso no exercício financeiro subsequente.

**Art. 5º.** O empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo ou por desvio de objetos ou dos recursos obtidos, sofrerá as sanções penais cabíveis, podendo receber multa até 10 (dez) vezes o valor total do certificado.

**Art. 6º.** Caberá a Ouvidoria do Município, o conselho Municipal de Esporte e a Secretaria Municipal da Fazenda, a fiscalização e a utilização dos recursos dos projetos aprovados.

I – a parte interessada para execução do projeto não terá saldo a ser compensado;

II – havendo interrupção ou suspensão do Projeto por parte do contribuinte, o contrato será rescindido de pleno.

**Art. 7º.** As entidades de classes representativas dos diversos setores e segmentos do Esporte do Município, poderão ter acesso em todos os níveis a toda a documentação referente aos Projetos Esportivos beneficiados por esta lei.

**Art. 8º.** As obras resultantes dos projetos esportivos beneficiados por esta Lei serão apresentadas prioritariamente no âmbito territorial do Município, devendo elas divulgar o apoio institucional do Município e servir exclusivamente ao caráter comunitário.

**Art. 9º.** Os recursos dos projetos aprovados e não executados, desistentes ou não captados, poderão ser transferidos mediante Portaria do Conselho Municipal de Esporte para outros que tenham comprovado mérito e desenvolvimento e justificado a sua necessidade.

**Art. 10º.** O patrocínio da equipe ou de atleta escolhido, conforme inciso IX do art. 2º. desta Lei, facultará ao contribuinte veicular seu logotipo ou logomarca, devendo, constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Município e o nome da cidade de Montes Claros.

**Art. 11º.** Fica autorizada a criação de um Conselho Municipal de Esporte, formada por 12 (doze) representantes do esporte, a ser nomeados por Decreto, que ficará incumbido de fiscalizar a aplicação dos recursos destinados através de Incentivo Fiscal ao Esporte.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

I - Os componentes do Conselho Municipal do Esporte deverão ser de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade na área do esporte.

II - Os membros do Conselho Municipal do Esporte deverão ter mandato de 1 (um) ano, podendo ser conduzidos por mais um período.

III - O Secretário Municipal de Esportes participará como membro nato, sendo os demais indicados pelos órgãos e segmentos representativos;

**Art. 12º** - O Conselho Municipal de Esportes terá a seguinte constituição:

I – um representante da Secretaria de Esportes;

II – dois representantes das modalidades (modalidades que participam dos Jogos Interior de Minas – JIMI);

III – dois representantes dos atletas;

IV – dois representantes dos técnicos;

V – dois representantes dos Clubes Federados;

VI – um representante de Associações dos Portadores de Necessidades Especiais;

VII – dois representantes das Ligas Municipais.

**Art. 13º** - Compete ao Conselho Municipal de Esporte:

I – analisar e decidir se o projeto esportivo apresentado para obtenção de incentivo é relevante para o desenvolvimento e a difusão do esporte no Município de Montes Claros;

II – decidir sobre a concessão dos benefícios ou incentivos previstos nesta lei, se as normas, os limites e as condições que a Secretaria da Fazenda estabeleça em ato próprio;

III – apreciar, analisar e deliberar sobre balanços, relatórios, prestação de contas e documentos relacionados com a Lei de Incentivo ao Esporte;

IV – aprovar o seu regimento interno.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

**Art. 14º - A estrutura operacional do Conselho Municipal de Esportes é composta de:**

I - Secretaria Executiva que é o local onde o Proponente se dirige para dar entrada no projeto esportivo a ser incentivado. É a Secretaria Executiva que analisa o aspecto formal da proposta, efetua junto ao Proponente, encaminha o processo ao Conselho Técnico, realiza serviços de apoio à Comissão Gerenciadora e é responsável pelos trâmites administrativos da operacionalização.

II - Conselho Técnico que é o órgão que avalia o projeto esportivo para emitir ao técnico o parecer subsidiando a apreciação do mesmo por parte da Comissão Gerenciadora. Composto por 03 (três) membros.

III - Comissão Gerenciadora que é um órgão deliberativo com finalidade de avaliar e aprovar os projetos esportivos a serem incentivados pela Lei. É composto por 09 (nove) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pela Secretaria Municipal de Esporte de Montes Claros.

**Art. 15º - A presente lei será regulamentada por decreto do executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.**

**Art. 16º - Revogam-se as disposições em contrário.**

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 19 de setembro de 2006.

Vereador Ruy Muniz - PFL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 05 DE OUTUBRO DE 2006  
  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “ Autoriza o Executivo Municipal a criar a Lei de Incentivo Fiscal e Cria o Conselho Municipal de Esportes em Montes Claros e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Ruy Adriano Borges Muniz.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento autoriza o Poder Executivo a criação de uma lei, bem como, a criação de um conselho municipal.

A iniciativa de leis versando sobre questão financeira e da criação de conselhos municipais é de iniciativa do Poder Executivo.


Cabe ressaltar que o plenário desta Casa Legislativa ratificou veto apostado a projeto de Lei Autorizativa que versava sobre matéria financeira, veto este que tinha como fundamento justamente o vício de iniciativa, motivo pelo qual reconheceu que, mesmo se tratando de projetos autorizativos, estes também estão sob a égide da ilegalidade quando tratarem de matérias afeitas ao Executivo.

Desse modo, o Poder Legislativo por meio da proposição em epígrafe, estaria se antecipando ao Chefe do Poder Executivo, invadindo o campo da discricionariedade do Executivo para disciplinar a matéria.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 09 de outubro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006 QUE “AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR A LEI DE INCENTIVO FISCAL E CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES EM MONTES CLAROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE AUTORIA DO VEREADOR RUY ADRIANO BORGES MUNIZ.

RELATÓRIO

Nos termos *art.67 e 68* do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas.

O presente Projeto trata de matéria que **autoriza** o Executivo Municipal a criar a Lei de Incentivo Fiscal e cria o Conselho Municipal de Esportes em Montes Claros e dá outras Providências.

Inicialmente há de ser destacado que projetos dessa natureza, denominados “Projetos Autorizativos”, sempre suscitaram dúvidas quanto à legalidade e ou inconstitucionalidade, quando surgiu a necessidade de uniformizar o entendimento, posto que tratam de matéria reservada ao Prefeito Municipal, como faz regra o art. 61, § 1º, inc. II, alíneas “a” a “e”, da Constituição Federal, aplicável no âmbito municipal em atenção ao princípio legal da simetria.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, embasada nos princípios de legalidade e constitucionalidade que regem os atos normativos, sugeriu uma consulta à **JN&C –Serviços Especializados em Assessoramento a Municípios S/A LTDA**, objetivando um maior esclarecimento sobre a matéria.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A JN&C, em Parecer enviado a esta Comissão sustenta o entendimento de que os Projetos de Lei, ora denominados "Projetos Autorizativos", são inconstitucionais, por versarem sobre matéria de competência exclusiva do Poder Executivo.

É a conclusão do Parecer da JN&C:

***"Diante do exposto, conclui-se que os Projetos de Lei iniciados pelos Vereadores Municipais, que versem sobre matéria exclusiva do Poder Executivo estão maculados de inconstitucionalidade, devido a vício quanto à iniciativa. Tal prerrogativa é intrínseca ao Executivo, sendo, por sua vez indelegável.***

***A ação do Poder Legislativo nessa esfera caracteriza interferência indevida que não será sanada nem mesmo pela sanção, por parte do Prefeito Municipal, tendo em vista que o vício macula todo o procedimento legislativo".***

Em face da vasta fundamentação escorada nas leis (Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal), jurisprudências e doutrinas, apresentada no Parecer da JN&C, e pelo Parecer da Assessoria Jurídica desta Câmara Municipal, a Comissão se convence e delibera que os Projetos de Lei, denominados "Projetos Autorizativos" em matéria de competência exclusiva do Poder Executivo são ilegais e inconstitucionais.

Assim, a Comissão verificou que o Projeto, em análise, contém vício formal quanto à iniciativa, o que o torna inconstitucional e exposto à invalidação judicial.



**Câmara Municipal de Montes Claros**

SALA DAS COMISSÕES

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**CONCLUSÃO**

Desta forma, a Comissão considera o referido Projeto ilegal e inconstitucional.

Montes Claros, 29 de novembro de 2006.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação:



Ver. Eurípedes Xavier Souto (Lipa Xavier)  
Presidente



Ver. Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)  
Relator